



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

**11 a 13 de maio de 2016**



**80**  
ANOS  
**SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL**

Título do trabalho: **TRABALHO QUE SE FAZ E NÃO SE VÊ**: reflexão para o fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social.

Proponente: Izadora dos Santos Praça

Artigo realizado a partir de reflexão teórica.

Eixo III: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Tema: Trabalho Profissional

Titulação: Bacharel em Serviço Social (ESS-UFF, 2014), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense.

Contatos: (21) 2713-9556 / (21) 97963-5600

E-mail: izadora.praga@gmail.com



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

**TRABALHO QUE SE FAZ E NÃO SE VÊ:** reflexão para o fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social.

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar criticamente as estratégias econômicas e ideológicas de manutenção da supremacia da burguesia através da disseminação do projeto burguês incutido nas “orientações” dos organismos internacionais. Toma-se como ponto de partida a análise das políticas, de recorte social, como meio da intervenção do Serviço Social e como um “refúgio” do projeto capitalista que objetiva por meio delas manter sua supremacia e realizar seus objetivos econômicos. Compreende que o desvelamento da aparência das políticas sociais é fundamental para apreender a realidade na dinâmica da mundialização do capitalismo. Entendendo assim, a necessidade urgente de fortalecer o projeto profissional, de defesa universal dos direitos, bem como da luta pela emancipação humana. O trabalho profissional é visto como um ponto decisivo, onde é possível construir resistências e deflagrar mediações como direcionamentos comprometidos ética e politicamente. Sendo assim, analisar a prática do Assistente Social, a partir da relação com o Estado e com a política social é um esforço necessário para realizar uma análise crítica e reflexiva sobre as finalidades e os limites que essas se destinam. A tentativa de realizar uma reflexão teórica em torno da prática é embrionária e precisa ser aprofundada, no entanto, este artigo levanta pontos iniciais que precisam, de fato, ser repensados.

**Palavras Chave:** Estado, políticas sociais, ofensiva do capital, trabalho, projeto profissional.

**Abstract:** This paper aims to critically analyze the economic and ideological strategies of maintaining the supremacy of bourgeois through the dissemination of bourgeois project instilled in the "guidelines" of international organizations. It takes as a starting point the analysis of political, social cut as a means of intervention of the Social Services and as a "refuge" of the capitalist project that aims through them maintain their supremacy and realize their economic goals. It is understood here that the unveiling of the appearance of social policies is essential to grasp reality in the dynamics of globalization of capitalism. Understanding the urgent need to strengthen the professional design of universal protection of the rights and the struggle for human emancipation, faces up professional work as a turning point, where you can build resistance and trigger mediations as directions committed ethically and politically. Thus, analyzing the practice of social worker, from the relationship with the state and social policy is a necessary effort to carry out a critical and reflective analysis of the purposes and limits these are intended. Attempting to perform a theoretical reflection on the practice is embryonic and needs to be thorough, however, this article raises starting points that need, in fact, be rethought.

**Keywords:** State, social policies, capital offensive, professional project.



# **II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**

**11 a 13 de maio de 2016**



## **1 – INTRODUÇÃO**

Chegamos aos 80 anos de inserção e trabalho do Serviço Social no Brasil. Este é um marco digno de reflexão e por isso, no sentido mais literal da palavra, se caracteriza como um momento que requer uma análise sobre a conjuntura atual e sobre os apontamentos para um futuro pautado pela ética e pelo compromisso político de emancipação das classes subalternizadas, livre de exploração e opressão, com distribuição de riquezas socialmente produzidas e com liberdade.

Ao entender que a esfera da reprodução social é o lugar privilegiado da intervenção profissional dos Assistentes Sociais devemos apreender suas determinações, suas disputas, tensões e seus sujeitos.

Para tanto, é preciso partir da aparência e alcançar a essência que a realidade indica, mas que ao mesmo tempo esconde (KOSIK, 1929: p.15). Assim, este trabalho tem por primeira tarefa analisar, criticamente, como as políticas, voltadas às causas sociais, se revelam como políticas orientadas dentro da lógica imperialista. Compreender esse movimento é necessário para perceber quais são as estratégias econômicas e ideológicas de manutenção da supremacia burguesa e do projeto burguês de mundo que se revelam e se expressam no trabalho, na esfera da reprodução social, do Serviço Social.

Dessa forma, atribui-se as políticas sociais, especialmente a Política Nacional de Assistência Social a especificidade de se inscreverem com o lócus de trabalho do Serviço Social. Logo, nessa compreensão, o Estado é tomado na posição de empregador e assim, podemos iniciar uma breve inferência sobre quais são os diferentes sentidos que o trabalho assume em diferentes espaços sócio ocupacionais.

Objetivando a reflexão sobre como o projeto burguês de mundo se oculta e se expressa na prática profissional de Assistentes Sociais, compreende-se a necessidade de tecer considerações no sentido de fortalecer o projeto profissional que pouco a pouco vem sendo alvo desse mesmo projeto burguês.

## **2 – MUNDIALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DO CAPITAL**



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A mundialização do capitalismo é um processo caracterizado<sup>1</sup> pelo “aprofundamento da heterogeneidade entre economias e regiões em termos econômicos e políticos” (OSÓRIO, 2014). Marcado pela reestruturação dos processos produtivos<sup>2</sup>, pela disseminação de tecnologia, pela divisão internacional do trabalho, pela busca de matéria-prima e pela abertura de novos mercados, tal processo<sup>3</sup> é atravessado pela política imperialista, que prevê o domínio de países fortes sobre o processo de expansão e controle sobre as regiões conquistadas. Compreender essa dinâmica significa entender que à medida que o capitalismo se expande enquanto sistema mundial gera diferenças entre as nações, onde algumas se apropriam do valor, e por isso estão no centro, e outras são “despojadas de valor”, constituindo a periferia desse sistema.

Analisar a dinâmica capitalista entre centros imperialistas e periferias dependentes pressupõe a articulação de engrenagens que irão estabelecer modos diferenciados de funcionamento desse sistema, repercutindo em desigualdades de toda ordem, principalmente no que diz respeito às formas sociais e políticas que anunciam o “desenvolvimento de soberanias desiguais” (OSÓRIO: 2014, p. 185).

Por soberania – conforme a análise de Osório (2014) – entende-se “à capacidade estatal de decidir com autonomia no interior e para o exterior” (p.186). Assim, dizer que a dinâmica imperialista provoca desenvolvimento de soberanias desiguais é o mesmo que dizer que o capitalismo, para orquestrar seu desenvolvimento controla, inclusive, o poder do Estado (dependente e periférico) de intervir sobre suas relações e ações<sup>4</sup> internas e externas.

A partir desse ponto podemos identificar como papel “central” do Estado (periféricos, com soberania enfraquecida) a “função” de conduzir as políticas imperialistas, no marco do neoliberalismo<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Tal caracterização se opõe a ideia de “globalização” que se refere ao mesmo processo, mas dilui e ideologicamente mascara a desigualdade desse momento do capital.

<sup>2</sup> Cf. Chesnais (1996) e Harvey (2004).

<sup>3</sup> Aqui esse processo é apresentado de forma resumida para introduzir a discussão.

<sup>4</sup> Tais relações e ações deveriam ser pautadas pela defesa do interesse da população interna (da onde advém a riqueza, fruto do trabalho, do Estado), e não por interesses externos de superexploração, acumulação e domínio do capital.

<sup>5</sup> O neoliberalismo é percebido, nesse estudo, como uma doutrina voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista. Reginaldo Moraes (2001) ao analisar as origens e o destino do termo o identifica como: 1) ideologia (corrente de pensamento) 2) movimento intelectual organizado e, 3) como conjunto de políticas de países neoconservadores. O mesmo autor nos ajuda entender como o neoliberalismo se dá na América Latina de forma adaptada, ao dizer que nessa região os neoliberais identificam no “modelo de governo” (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo) o adversário do desenvolvimento.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Moraes (2001), ao caracterizar as ações neoliberais nos países da América Latina (países periféricos, de economia dependente) nos ajuda a entender como o neoliberalismo se dá de forma adaptada, ao afirmar que nessa região os agentes do capital<sup>6</sup> identificam no “modelo de governo” (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo) o adversário do desenvolvimento. Assim, para essa região,

A argumentação neoliberal tem uma estratégia similar à do sermão. Primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita salvacionista...: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (doa a quem doer) - reformas orientadas para e pelo mercado, “libertando” o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares. (MORAES, 2001. p.13, 14)

Ora, o estabelecimento da dinâmica imperialista, que subjuga países periféricos (de soberania enfraquecida) ao domínio econômico e político dos países centrais (com soberanias fortalecidas), pressupõe a imposição do conjunto de políticas neoliberais que promovem, de acordo com sua “natureza”, reformas no Estado e orientam as políticas do mesmo, em nome das “liberdades” e/ou expansão do mercado (capital).

Dessa forma, podemos afirmar que existe uma “orientação”, como prefere os capitalistas, dos países centrais em relação aos periféricos. No entanto, não se pode desprezar que na dinâmica da mundialização tais “orientações” são pactuadas entre os países imperialistas e a burguesia interna dos países dependentes.

Aqui, se destaca a capacidade dos Organismos Internacionais em influir na autonomia estatal, ditando normatizações e políticas que os Estados devem seguir, sob pena de sofrer sanções<sup>7</sup> (OSÓRIO: 2014).

Tais influências dos organismos internacionais sob as economias dependentes, principalmente nos governos latino-americanos, marcam sua gênese desde final dos anos quarenta, no entanto, a partir dos anos oitenta<sup>8</sup>, “diante da dificuldade financeira e da necessidade<sup>9</sup> de renegociarem suas dívidas externas e aliviarem a situação de seus balaços de pagamentos, a maioria dos países latino-americanos começa a estreitar suas relações com os organismos internacionais” (UGÁ: 2008, p. 120), interessados em receber seus incentivos,

<sup>6</sup> Organismos Internacionais e países centrais.

<sup>7</sup> Tais penas podem ser “sanções em termos de recebimento de empréstimos ou na qualificação de riscos para receber investimentos externos” (OSÓRIO: 2014, p.180)

<sup>8</sup> Momento em que os ajustes da crise que o precedeu causam estagnação do capital.

<sup>9</sup> Necessidades essas criadas pela desenvolvimento capitalista em escala mundial.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



para adequar-se aos projetos de mundo do capital, a fim de “salvar” suas economias e alavancar seu “pleno desenvolvimento”<sup>10</sup>.

Nessas visões se supõe que algumas regiões ou países estão à frente dos outros, como num trilho de trem, mas que no final é possível que todos cheguem na mesma meta caso cumpram bem suas tarefas (ou ajustes), diriam hoje o FMI e o Banco Mundial. Acontece que, em contraste com essa visão, o crescimento das regiões periféricas engendra maiores desequilíbrios. (OSÓRIO: 2014, p.183)

Acordos firmados e parcerias realizadas, os organismos internacionais, nas figuras do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial iniciam suas elaborações de modo a difundir a agenda do ajuste estrutural<sup>11</sup> de cunho neoliberal, “cujos eixos principais eram a retração do papel estatal, privatizações, abertura comercial e desregulamentações [...] em termos de condicionalidades (isto é, a adoção de determinadas políticas) em troca de concessão de empréstimos.” (UGÁ, 2008, p. 121), ou seja, “maiores desequilíbrios” como nos aponta Osório (2010).

Ao FMI, coube a disseminação das propostas de políticas liberalizantes que diziam respeito a questões macroeconômicas, tais como: políticas monetárias, controle da inflação, questões de balança comercial e controle fiscal. Já ao Banco Mundial se preocupou com questões mais estruturais, tais como as referentes ao destino do gasto do governo, às políticas comerciais, às instituições financeiras (STIGLITZ, 2002c) e, ainda, assumiu também o papel de formulador de recomendações de natureza política (GUIMARÃES, 2002, p.13 apud UGÁ, 2008, p.121)

Compreende-se o papel do Banco Mundial relacionado, sobretudo, à esfera da reprodução social, no tocante a formulação das políticas, sob as quais o Serviço Social tem como meio de trabalho. Por esses motivos, esse Organismo ganha destaque a seguir, na construção dessa reflexão sobre o trabalho do Serviço Social.

### 3 – BANCO MUNDIAL, ESTADO E QUESTÃO SOCIAL

O papel do Banco Mundial, nesse momento, é fundamental para a discussão sobre política social, principalmente no que diz respeito à política de Assistência Social. Cumprindo sua importante função histórica, de domínio imperialista (PEREIRA, 2008), esse organismo

<sup>10</sup> Ações já apontadas como base nos estudos de Moraes (2001).

<sup>11</sup> Os ajustes estruturais são “necessários” para salvaguardar o capitalismo de sua segunda grande crise. Plínio de Arruda Sampaio Júnior, em palestra na Universidade Federal Fluminense, no 2º Seminário do Programa de Pós Graduação em Serviço Social em Desenvolvimento Regional, ao elucidar crise a caracteriza como “destruição criadora”, que em outras palavras, é a necessidade da destruição para recompor a capacidade de acumulação. Nessa análise considera-se que os mecanismos utilizados pelos Organismos Internacionais usam dessas características para viabilizar e potencializar a capacidade de recomposição da acumulação.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



se comporta como importante ator político do capital ao impor estratégias, diretrizes, pautas e definições técnicas, sobretudo no que diz respeito ao campo social.

Mauriel (2013) nos expõe dois momentos de grande importância ideológica exercida pelo Banco Mundial, durante sua história de “orientações” e acordos com as regiões periféricas. O primeiro marca o que a autora denomina de “1ª geração de ajuste”, cuja orientação era de enfrentamento à crise. Nesse momento o tema “pobreza” entra na agenda social do desenvolvimento da periferia capitalista e para tal recomendava-se a “focalização para o alívio da pobreza mais urgente” (PEREIRA:2008, p. 97).

De início, ainda nos primeiros momentos da década de 1990, a tendência foi o reforço de iniciativas compensatórias com base em um assistencialismo precário que elegia determinadas “clientelas” como alvo de atenção. (PEREIRA:2008, p. 98)

Pereira (2008), ao resgatar as características do Banco Mundial ao longo da história, reafirma o papel do Banco em neutralizar os movimentos sociais através da conversão ideológica com o discurso de “luta contra a pobreza”. Discurso este que ao sustentar a lógica da focalização se opunha a lógica dos direitos sociais de caráter universal, promovendo ações e políticas de “gotejamento”<sup>12</sup>, muito focais.

Entre 1995-2005, Pereira (2008) narra em seus estudos à conjuntura política e a reforma administrativa do Banco, que é levado a repensar suas táticas e políticas por meio das críticas advindas do próprio capital<sup>13</sup>. As respostas oferecidas pelo Banco às tais críticas vão ao horizonte de restaurar o consentimento da agenda social do ajuste, funcionando também como manipulação ideológica.

Este período vai de encontro ao qual Mauriel (2013) aponta como “2ª geração de ajuste” que com o discurso de “face humana” além de pretender a manutenção da política de austeridade econômica em curso, traz consigo o lema do desenvolvimento articulado ao combate à pobreza, “com um novo tipo de universalismo básico sob uma nova roupagem ideológica: o discurso da equidade” (MAURIEL: 2013, p. 97).

A focalização foi, até o final dos anos 1990, uma resposta engenhosa para contrabalançar o ajuste fiscal necessário para manter a estabilização monetária sob a alegação da suposta escassez de recurso público. Contudo, não se constituiu, em si, uma alternativa para o equacionamento das graves contradições resultantes da crise e da própria saída proposta a ela, haja vista que comprometeu gravemente a garantia

<sup>12</sup> Cf. Fontes (2009)

<sup>13</sup> Para saber mais consultar *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*, de João Márcio Mendes Pereira (2008).



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



das condições de efetivação dos direitos sociais, normalmente atrelados ao princípio de universalização. (MAURIEL: 2013, p.98)

O que o Banco Mundial realiza de forma primorosa é servir como instrumento que ajude a manter a supremacia do centro imperialista, tanto no 1º momento, promovendo políticas de cortes de gastos públicos através de políticas de racionalização, de privatização, de focalização e de ajustamento<sup>14</sup>, quanto no 2º momento, no qual para retomar sua importância e sustentar a política de ajuste do programa neoliberal, se recicla e se dilata (PEREIRA: 2008) através da imposição e da adesão obtidas através de um “conjunto de medidas [que] passaram a ser dirigidas aos países periféricos” (MAURIEL: 2013, p. 98).

Ora, em dois momentos distintos, mas articulados e complementares esses pacotes foram sendo adaptados conforme a necessidade do capital, na sua fase imperialista. No entanto, temos que atentar para o fato de que apesar de orbitarem no campo dos interesses econômicos é no campo político e ideológico que os documentos do Banco Mundial se direcionam.

É fundamental observar a relatividade da autonomia estatal tanto internamente quanto externamente, reguladas principalmente por esses documentos. Recuperando o diálogo com Osório (2014) pode-se constatar que a soberania nos países periféricos é chancelada por esses organismos. Logo, o Estado se configura como condutor dos interesses capitalistas, esforçando-se ora para atender seus interesses, ora para usar, sem nenhuma crítica e revisão da realidade, as respostas do Organismo Internacionais como suas para dar conta das mazelas sociais internas.

Se num primeiro momento ou na “1ª geração de ajuste” há a exigência de retrain os gastos públicos e assim “focalizar” em quais demandas o Estado oportunizando espaços para a livre entrada do mercado, num segundo momento ou na “2ª geração de ajuste” identifica-se a importância do Estado como meio “capaz” de instaurar a justiça social e viabilizar equidade de oportunidades. Fica perceptível que a qualidade de ser Estado<sup>15</sup> é uma qualidade hegemonicamente capitalista.

<sup>14</sup> Dando solução à crise precedente.

<sup>15</sup> O Estado sempre foi máximo e ele maximiza seu poder e sua relevância na cena político-ideológico principalmente quando se apresenta com a aparência de Estado Mínimo, de Estado desinflado, descomprometido, desregulamentado, pois é aí que ele maximiza seu poder de permitir que o mercado se expanda. O uso da celebre frase “Estado mínimo para o social e máximo para o capital” admite a compreensão que em algum momento o Estado foi hegemonicamente máximo para o social. Tal compreensão não ajuda a perceber que o Estado sempre, em qualquer circunstância se coloca a serviço do capital, mesmo quando parecer favorecer as demandas sociais.





# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Em meio às controvérsias, esta análise parte da compreensão de que em tempos de “mundialização do capital” não podemos abrir mão de duas coisas: primeiro da primordial importância da participação política dos movimentos sociais de resistência a essa ordem e segundo da compreensão que não advém do Estado à solução concreta das demandas sociais (pelos motivos já citados), pois esse está a serviço do movimento ideológico, econômico, político e social do capital.

O cumprimento rigoroso das políticas de ajuste e as adequações políticas, econômicas, sociais feitas para tal, são reveladoras para entendermos que a relativa autonomia estatal, ou “soberania fraca”, nos termos de Osório (2014), em tempos de receituários econômicos impostos pelo Banco Mundial, demonstra:

O exercício de um férreo poder político por parte das classes dominantes latino-americanas tratando de impulsionar seus projetos [...] possível porque tais projetos – das classes dominantes da periferia – mantêm fortes pontos de confluência com os interesses das classes dominantes do mundo central ou imperialista.” (OSÓRIO: 2014, p. 191).

Assim, após essas observações e compreensões seria impossível dizer que tal elemento não influi diretamente sobre a composição das políticas sociais dentro da lógica neoliberal. Se analisarmos o Estado como promotor das políticas direcionadas pelo Banco Mundial, logo das políticas de corte social, podemos caracterizar as políticas sociais como políticas capitalistas, ou nesse estágio como políticas neoliberais.

## 4 – PROJETO PROFISSIONAL E TRABALHO: HORIZONTE POSSÍVEL

É conhecida a importância e a preponderância do Estado como o maior empregador de Assistentes Sociais, nos mais diferentes espaços sócio ocupacionais. A tendência, apesar das orientações macroeconômicas de privatização e terceirização dos aparelhos do Estado, é que haja um crescimento (ainda que de forma precarizada) desses espaços para o cumprimento<sup>16</sup> das políticas de combate à pobreza, principalmente na área da Assistência, que é tomada<sup>17</sup> como reduto para o enfraquecimento e desmantelamento dos direitos sociais e para o fortalecimento do projeto burguês de mundo.

<sup>16</sup> O trabalho na execução, gestão ou implementação de políticas sociais, via de regra, se caracteriza como um cumprimento da parte que nos cabe na reprodução do projeto burguês de mundo, que se preocupa em projetar suas ações para garantir a expansão do mercado, a exploração da mão-de-obra e, sobretudo, de maior acumulação e concentração de capital.

<sup>17</sup> A partir da abordagem dos Organismos Internacionais (leia-se, Banco Mundial).



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A análise a que se objetiva esse trabalho vai ao encontro do alerta feito por Netto (2004), onde o autor ao expor sua análise da conjuntura capitalista, compreendendo as peculiaridades brasileiras, aponta que o desafio central da categoria é o de “prosseguir na luta por direitos sociais universais, garantindo a autonomia do seu projeto profissional em face de um governo que não os tem favorecido” (NETTO, 2004, p.5), em um momento onde se há a cooptação das demandas coletivas e o desmantelamento das lutas sociais através da regressão dos direitos.

O alerta do autor, embora o passar dos anos, se faz mais necessário que nunca. A compreensão da realidade e a busca da “concreticidade” é tarefa árdua mais importantíssima para a intervenção, eticamente comprometida, do Serviço Social, no mais diferentes níveis de ação.

Analisar a ordem social e a conjuntura do capital supõe voltar-se ao cotidiano profissional de forma eminente, desnaturalizando o que se apresenta como natural e entendendo que as relações sociais<sup>18</sup>, de forma mais ampliada, são refletidas nos miúdos da prática profissional onde se solidificam os eixos centrais (ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social) que sustentam o caráter profissional do Serviço Social.

Seguir projetando um perfil profissional, pautado na defesa da liberdade, da emancipação e da justiça social é fundamental para dar fôlego e movimentação à construção do projeto ético-político, com horizontes ao fortalecimento do projeto societário comprometido com as classes subalternizadas. Contudo, o projeto precisa ser fortalecido nas ações sobre a realidade em oposição à reprodução alienada do projeto burguês. E, somente é possível fazê-lo quando se percebe nas ações, as quais há a atuação direta e indireta do trabalho do Serviço Social, vide a PNAS, a essência do projeto capitalista de mundo.

Compreender as políticas do Estado (condutor e regulamentador das ações severas do capital) não significa desembocar no “fatalismo”, nem tampouco no “messianismo”, já presentes nesses 80 anos de história e trabalho do Serviço Social no Brasil.

Ao contrário, essa compreensão leva-nos a compreender que é preciso realizar a crítica sobre as posições pautadas “militantismo conformista” (NETTO, 2004), que se

---

<sup>18</sup> Intrínsecas as relações trabalhista que envolve Estado, legislações, formação profissional, representação da categoria e a própria prática.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



expressa através do “possibilismo”, que ronda as intervenções profissionais e, que compreende ações de manutenção da ordem vigente.

A crítica presente na leitura da realidade é o momento de ápice do projeto e do trabalho profissional. Compreende o momento da práxis, é expressão da mudança. Sem dúvidas, a crítica é o momento de reconhecimento e valoração do projeto profissional aliado ao projeto societário de liberdade e justiça social.

A compreensão de que as políticas sociais, em especial a política de assistência social, que deveriam ter na direção os interesses dos trabalhadores trazem, intrinsecamente, a defesa do projeto burguês de mundo é necessária para criar ações de resistência às investidas do capital.

O fortalecimento do projeto profissional, a crítica sobre o trabalho e sobre as relações estabelecidas com a sociedade que o conformam, certamente, é um horizonte viável de resistência à ofensiva descarada do projeto capitalista, que difere radicalmente do nosso.

No mais, é urgente voltar-se ao trabalho priorizando a articulação com os movimentos sociais, comprometidos com a defesa intransigente dos interesses e da emancipação dos trabalhadores. E, sobretudo, percebendo que o Estado é, apenas, o meio pelo qual defendemos os direitos básicos (cada vez mais básicos) de sobrevivência dentro dessa ordem societária e não o sujeito revolucionário capaz de defender um projeto societário da classe trabalhadora, que garanta liberdade, justiça social e emancipação social.

Dos princípios, definitivamente, nunca deveremos abrir mão.

## 5 – BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio De Janeiro: Zahar, 1968.

FONTES, Virginia. O imperialismo brasileiro. Em: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. Expressão Popular. 2009

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: Revista Actuel Marx. Paris. 18. 1995.

NOVACK, George. A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. São Paulo: Editora Rabisco, 1988.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização. São Paulo: Expressão Popular, 2014.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

**11 a 13 de maio de 2016**



**80**  
ANOS  
**SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL**

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. (org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: pão e rosas, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995)

UGÁ, Vivian Dominguez. A questão social como “pobreza”: crítica à conceituação neoliberal. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2008. Capítulo IV.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Capítulo 6.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo modelo de desenvolvimento? Em: Financeirização, fundo público e política social. SALVADOR, Evilásio et. al. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2012. p.31-58.

MAURIEL, Ana Paula O. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. In: Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, nº. 31, vol. 11, 1º semestre de 2013.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social liberalismo, novo-desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: Em pauta, Revista da Faculdade da UERJ, nº. 31, vol.11, 1º semestre 2013.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 79, São Paulo: Cortez editora, 2004.